



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

**RELATÓRIO E CONTAS
2016**

www.forumcompetitividade.org



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO DE 2016

De acordo com os princípios legais e estatutários, vem o Conselho Diretivo (CD) do Forum para a Competitividade (FpC) apresentar aos Associados o Relatório e as Contas relativos ao exercício de 2016.

O ano de 2016 ficou marcado por um importante reforço da capacidade de intervenção do Forum, através da constituição do seu Gabinete de Estudos, a partir de Abril. Este reforço permitiu lançar o projecto "**Portugal – Uma Estratégia para o Crescimento**" e a publicação da sua **Nota de Conjuntura** mensal, além de melhorar a qualidade da intervenção pontual do Forum.

Uma referência especial é devida àquele projecto, que contou com a colaboração de 90 pessoas em 10 Grupos de Trabalho. O Forum para a Competitividade pretendeu fazer o levantamento e propôr as soluções para as principais questões que se colocam à economia portuguesa em várias áreas (v. nº 14). Os trabalhos decorreram entre 13 de Outubro de 2016 e 28 de Junho de 2017, data prevista para a Conferência de encerramento, e contaram com o apoio de Sua Excelência, o Presidente da República. Para mais detalhes consultar <http://forumcompetitividade.org/trabalhos-documentos/>

O **Site do FpC** foi mantido e constantemente actualizado, incluindo, diariamente, as notícias de referência (linkadas para os documentos originais), artigos de opinião que merecem especial atenção na temática da competitividade e, ainda, estudos/*papers* versando matérias relacionadas (fiscalidade, legislação laboral, concorrência, justiça económica, etc.). O acesso faz-se através do endereço www.forumcompetitividade.org.

Além do site, passou o FpC, a partir de maio de 2013, com continuidade em 2014, 2015 e 2016, a dispor de uma página no **Facebook**, diariamente actualizada, com publicações e comentários sobre os principais assuntos da actualidade económica. O acesso faz-se em www.facebook.com/ForumParaACompetitividade.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

A exemplo do que sucedeu em anos anteriores o FpC deu a sua colaboração na divulgação dos questionários "Executive opinion survey – Global Competitiveness Report 2016-2017" do WEF (World Economic Forum), ao abrigo do acordo existente com a Proforum.

Seguidamente detalhamos cronologicamente os principais pontos da atividade do Forum em 2016:

1. O documento "Mercado de Capitais Português: Enquadramento e Visão das Empresas", elaborado pela Comissão de Trabalho do Mercado de Capitais do FpC, foi tornado público em 20/01/2016. A versão integral encontra-se disponível em <http://forumcompetitividade.org/wp-content/uploads/2016/02/Mercado-de-Capitais-Portugu%C3%AAs-Enquadramento-e-Vis%C3%A3o-das-Empresas.pdf> (Anexo 1)
2. Em 3 de Fevereiro o Presidente do FpC dirigiu uma carta ao Primeiro Ministro com comentários sobre o Programa do XXI Governo, incluindo notas sobre o primeiro esboço do OE 2016.
3. Em 10 de Março, o Presidente do FpC participou na Mesa Redonda "A Organização e o Financiamento das Associações Empresariais", da conferência internacional "O Associativismo na Península Ibérica", que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade do Porto e organizado pela Faculdade e pela AEP – Associação Empresarial de Portugal.
4. Em 24 de Março teve lugar uma reunião de trabalho entre a Comissão de Trabalho de Mercado de Capitais do FpC e a OPEX (mercado registado), sociedade gestora da plataforma PEX, responsável pela introdução de várias inovações no mercado de capitais português. Esta reunião teve por finalidade informar o FpC sobre os projectos da OPEX para a criação de uma nova plataforma de negociação de âmbito lusófono.
5. Em 8 de Abril o FpC publicou os seus comentários ao Programa Nacional de Reformas (Anexo 2), que foram objecto de um artigo de opinião do Presidente do FpC, publicado no semanário Expresso de 16 de Abril (Anexo 3).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

6. Em 18 de Abril o Presidente do FpC participou na conferência "Políticas de austeridade – que futuro para Portugal?", organizada pelo Núcleo de Estudantes de Economia da Associação Académica de Coimbra, organização que representa todos os estudantes de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Economia da Universidade de Coimbra.
7. Em 28 de Abril teve lugar a Assembleia Geral Anual do Forum para a Competitividade para aprovar as contas do exercício de 2015.
8. Em 16 de Maio o Presidente do FpC fez uma apresentação no debate sobre "A Segurança e a Sustentabilidade do Medicamento em Portugal, os desafios actuais e as respostas europeias", que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa.
9. Em 30 de Maio o Presidente do Forum participou na conferência "Competitividade 2016: desafios para Portugal" no âmbito da apresentação dos resultados do World Competitiveness Yearbook 2016
10. Em 31 de Maio foi publicada a Nota de Conjuntura Mensal nº 1 do FpC. Ao longo do ano, todos os meses, foram publicadas as respectivas Notas de Conjuntura, que têm merecido referências abundantes na comunicação social escrita e electrónica. Essas mesmas Notas de Conjuntura podem ser consultadas no site do Forum, www.forumcompetitividade.org.
11. Em 21 de Junho o FpC dirigiu a todos os Associados um inquérito electrónico sobre o Referendo no Reino Unido (Brexit), antecedido por declarações do Presidente do Forum ao semanário Expresso em 18 de Junho (Anexos 4, 5 e 6)
12. Em 29 de Junho o Presidente do Forum participou no painel "Financiamento da Economia para o Crescimento" do colóquio "Financiamento do Crescimento – desafios e ameaças da União Bancária", organizado pela Comissão promotora da Reflexão sobre a "Reconfiguração da Banca em Portugal".

3



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

13. Em 13 de Outubro o Forum organizou o seminário "Portugal - Uma Estratégia para o Crescimento", onde foi apresentado o trabalho de referência "Os Próximos 10 Anos - Um Cenário de Mudança Radical", cuja versão integral está disponível em http://forumcompetitividade.org/wp-content/uploads/2017/05/Estudo_marco17.pdf (Anexos 7 e 8). O seminário foi encerrado com uma intervenção de fundo de Sua Excelência o Presidente da República.
14. O projecto "Portugal - Uma Estratégia para o Crescimento" envolveu a criação de 10 Grupos de Trabalho, com um total de 90 pessoas, com as seguintes áreas temáticas: "Potenciar o Crescimento da Economia"; "Requalificação e Emprego"; "Exportação e Subcontratação Especializada"; "IDE"; "Internacionalizar a Construção"; "ZEEs"; "Agricultura e Floresta"; "Economia Digital"; "Saúde"; "Mobilidade".
- Entre 8 de Novembro e 20 de Dezembro tiveram lugar 13 reuniões para "brainstorming" e para preparação de propostas. Estes trabalhos prosseguiram em 2017, tendo sido realizadas um total de 30 reuniões e elaborados 8 relatórios que foram objecto de divulgação no semanário Expresso. Encontram-se publicados no site do Forum (www.forumcompetitividade.org), na secção "Trabalhos/Documentos".
15. O FpC elaborou para a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, o trabalho "Sector Agro-Industrial, Passado e Perspectivas", que foi apresentado pelo Director do Gabinete de Estudos do Forum, Pedro Braz Teixeira, no seminário da CAP de 29/11, "3º Roteiro para a Agricultura Portuguesa", sobre a temática "Crescimento e Desenvolvimento Económico", que encerrou o ciclo de conferências "Roteiros Visão 2020 para a Agricultura Portuguesa".
16. Em 27 de Outubro o Gabinete de Estudos elaborou uma nota de avaliação sobre o OE 2017 (Anexo 9).
17. Em 22 de Novembro o Presidente do FpC participou na conferência "Prémios Fazemos Bem - Crescer para além da crise", organizada pelo Jornal de Notícias na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto (Anexo 10).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

18. Em 23 de Novembro o FpC organizou o seu tradicional seminário sobre o OE, em parceria com a AESE, intitulado "Orçamento do Estado 2017 e o Crescimento da Economia Portuguesa", que teve no encerramento o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Fernando Rocha Andrade (Anexo 11). A este seminário seguiu-se um texto de opinião sobre o tema no jornal Público (Anexo 12).
19. Durante o ano o Presidente do Forum publicou diversos textos de opinião e fez declarações para os jornais, TV e Rádio:
- 15 de Março, participação no programa Olhos Nos Olhos, com Henrique Medina Carreira, TVI24
 - 19 de Março, declarações ao semanário Sol sobre a posição espanhola na banca portuguesa (Anexo 13)
 - 16 de Abril, artigo de opinião no semanário Expresso, sobre o Programa Nacional de Reformas (Anexo 3)
 - 19 de Abril, participação no programa Edição da Noite, SIC Notícias
 - 18 de Junho, declarações ao semanário Expresso, sobre o Brexit (Anexo 6)
 - 8 de Outubro, entrevista ao semanário Expresso (Anexo 14)
 - 13 de Outubro, entrevista ao Jornal de Negócios (Anexo 15)
 - 14 de Outubro, entrevista ao jornal I (Anexo 16)
 - 20 de Outubro, entrevista Rádio Renascença/Público (Anexo 17)
 - 13 de Novembro, entrevista TSF/Diário de Notícias (Anexo 18)
 - 22 de Novembro, participação no programa Olhos Nos Olhos, com Henrique Medina Carreira, TVI24
 - 1 de Dezembro, artigo de opinião no jornal Público sobre OE 2017 (Anexo 12)
 - 2 de Dezembro, declarações ao Jornal Económico sobre Agricultura e crescimento económico (Anexo 19)
20. Em 2016 registaram-se as seguintes **adesões** ao Forum, como Associados: Altis, Frulact, Fortunato O. Frederico, MSC Portugal, Gestmin, Associação das Empresas Familiares, António Pedro Gomes, Luís Filipe Caldas, Nuno Cintra Torres e Sérgio Meireles. Por outro lado, **saíram** de Associados: Galpenergia, Montepio Geral e BANIF, tendo anunciado a intenção de sair, em 2017, a Orey Antunes. À data deste relatório já confirmou a sua adesão a Universidade Lusófona.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Um balanço dos últimos 4 anos (2013, 2014, 2015 e 2016) revela que saíram 21 Associados e entraram 46, com um saldo de quotização negativo acumulado de €10.230, consequência da opção dos novos Associados por categorias de quotização mais baixa.

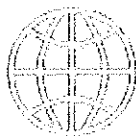
21. Um grande **agradecimento** é devido às empresas e instituições que apoiaram o Forum com os seus patrocínios (por ordem alfabética):

- AESE Business School, Altis, ANA, APDL, Apifarma, Associação Portuguesa de Bancos, Banco BPI, Banco Popular, Brisa, Fidelidade, FLAD, José de Mello Saúde, Liberty Seguros, Ordem dos Engenheiros, PWC e Securitas.

22. Já em 2017, em 31 de Março, foi dado conhecimento à direcção geral do Forum da decisão do **processo de injunção** (com vista à cobrança da prestação de serviços no período de Abril de 1999 a Outubro de 2011) com data de 27/10/2011, que foi intentado pela Espaço Atlântico contra a APDMC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, entidade da qual o Forum assumiu activos e passivos. Não obstante o Forum ter recorrido da sentença, foi criada uma provisão no valor da sentença (€15.000) acrescida de juros de mora estimados em €6.200. Note-se que a condenação e juros correspondem a 37,5% do pedido do Autor (Espaço Atlântico).

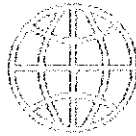
23. As **contas** do Exercício de 2016 evidenciam o grande investimento em pessoal, tendo em vista dotar o Gabinete de Estudos dos meios necessários à sua actuação, designadamente para o projecto “Portugal – Uma Estratégia para o Crescimento” e para a elaboração da Nota de Conjuntura mensal.

- A nível do **balanço** registou-se nova redução da dívida a fornecedores de €88.966 para €84.860. Neste valor inclui-se a dívida à associada AIP – Associação Industrial Portuguesa no valor de €65.094 (77% da dívida a fornecedores) que tem subjacente um acordo de pagamento através da quotização anual da AIP como Associada do FpC. A evolução da dívida à AIP nos cinco últimos anos foi a seguinte:



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- 2012: €90.094
- 2013: €80.094
- 2014: €75.094
- 2015: €75.094
- 2016: €65.094
- Os **fornecimentos e serviços externos** tiveram um acréscimo de €6.131 (11,69%) e os **gastos com pessoal** um acréscimo de €29.989 (36,7%), passando de €81.807 para 111.796€. Estes acréscimos têm a sua justificação nos pontos 10 e 14 deste Relatório e o aumento do quadro de pessoal com a admissão de um quadro técnico em part-time desde Abril de 2016.
- Os rendimentos das **quotizações** de 2016 foram de €90.100, um decréscimo face a 2015 (€100.989) que, contudo, incluiu valores provisionados de €5.250. Por outro lado, o valor de quotas e jóias de **novos Associados** passou de €4.180 em 2015, para €5.450 no ano findo (v. nº20 deste Relatório), um acréscimo de €1.270 face ao ano anterior.
- As **imparidades** de valores a receber registaram uma evolução positiva de €330 em 2016 (2015: -€6.620) devido à reversão de €5.250 de imparidades reconhecidas em anos anteriores, parcialmente compensadas por €4.920 de novas imparidades. Os gastos /reversões de depreciação e de amortização aumentaram de €1.400 para €2.639.
- Foi criada uma **provisão** para um litígio com a Espaço Atlântico no valor de €21.200 (ver nº 22).
- A rubrica de "**outros rendimentos e ganhos**" totalizou €8.965 e inclui o rendimento de "**rendas**" por sublocação de uma parte do espaço arrendado pelo Forum. Este sub-arrendamento terminou em 31/12/2016.
- Os rendimentos de **patrocínios e inscrições em eventos** organizados pelo Forum tiveram um acréscimo de €33.516 para €39.891.
- As receitas com os **patrocínios da Nota de Conjuntura** e com os trabalhos do Gabinete de Estudos para um Associado totalizaram €12.000.
- Nestes termos, o **total de rendimentos e ganhos** foi de €151.486 (€145.961 em 2015).



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- O **resultado líquido** foi negativo em €43.389,18 (positivo em €2.797 em 2015)

24. **Perspectivas Financeiras:** A situação contabilística e financeira do Forum justifica que os seus Associados aprovelem medidas, ao nível da quotização, que (a par com as já tomadas para rentabilizar o investimento no gabinete de estudos) permitam dar sustentabilidade a este investimento.

Refira-se que, à data de 31/12/2016, não existem dívidas vencidas do Forum ao Estado ou à Segurança Social.

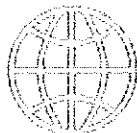
Lisboa, 7 de Julho de 2017

O CONSELHO DIRECTIVO

Pedro Ferraz da Costa
(Presidente)

António Alfaiate
(Vogal do Conselho Directivo)

António Nogueira Leite
(Vogal do Conselho Directivo)



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Bernardo Meyrelles
(Vogal do Conselho Directivo)

Jaime Esteves
(Vogal do Conselho Directivo)

João Moreira Rato
(Vogal do Conselho Directivo)

Joaquim Luiz Gomes
(Vogal do Conselho Directivo)

Luís Penha e Costa
(Vogal do Conselho Directivo)

Maria do Carmo Vieira da Fonseca
(Vogal do Conselho Directivo)

Nuno Fernandes Thomaz
(Vogal do Conselho Directivo)

Entidade: Fórum para a Competitividade (Associação)

Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Mon. (Euro)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	10.590,23	4.966,67
Activos Intangíveis	7	330,57	330,57
Outros créditos e ativos não correntes		126,79	0,00
		11.047,59	5.297,24
Activo corrente			
Creditos a receber	10	1.658,95	
Patrocinadores/associados	10	22.594,93	16.669,91
Diferimentos		2.101,17	2.191,00
Outros ativos correntes	10	1.905,33	5.389,97
Caixa e depósitos bancários	4	3.041,32	19.410,85
		31.301,70	43.661,73
Total do activo		42.349,29	48.958,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		-72.296,79	-75.093,62
Resultado líquido do período		-43.389,18	2.796,83
Total dos Fundos Patrimoniais		-115.685,97	-72.296,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	21.200,00	
Financiamentos Obtidos		5.245,34	
		26.445,34	
Passivo corrente			
Fornecedores	10	84.859,75	88.965,77
Estado e outros entes públicos	14	10.801,07	6.093,96
Financiamentos Obtidos		1.345,29	
Diferimentos		5.000,00	9.004,95
Outros passivos correntes	10	29.583,81	17.191,08
		131.589,92	121.255,76
Total do passivo		158.035,26	121.255,76
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		42.349,29	48.958,97

Executado por NuCase-Contabilidade e Assistência Fiscal, SA em 10-07-2017 10:33

Gerência/Administração

Contabilista Certificado

João Feres de

22/2

copy A

Luís Fernandes

João Feres de

Amélia

Entidade: Fórum para a Competitividade (Associação)

Demonstração Individual dos resultados por naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Mon. (Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	147.441,38	138.482,28
Fornecimentos e serviços externos	11.1	-58.587,93	-52.457,24
Gastos com o pessoal	11.2	-111.796,38	-81.807,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		330,00	-6.620,00
Provisões	13	-21.200,00	
Outros rendimentos	9	8.964,65	7.479,04
Outros gastos		-5.384,31	-878,92
Resultados antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		-40.232,59	4.198,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2.639,45	-1.400,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-42.872,04	2.798,12
Juros e gastos similares suportados		-517,14	-1,29
Resultado antes dos impostos		-43.389,18	2.796,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-43.389,18	2.796,83

Gerência/Administração

Contabilista Certificado

João Pereira

Amélia

ZM

*CP
A*

Luís Fernandes

Alvaro Feres

João Filipe dos Santos

Alfonso

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Associação Para o Desenvolvimento Empresarial

Praça das Industrias- Edif. AIP

1300.307 LISBOA

Nº. Cont. : 503 268 100

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCICIO DE 2016

INTRODUÇÃO

A associação Fórum para a Competitividade, constituída em 1994, tem como objeto social a promoção e desenvolvimento da competitividade empresarial.

1- Identificação da entidade:

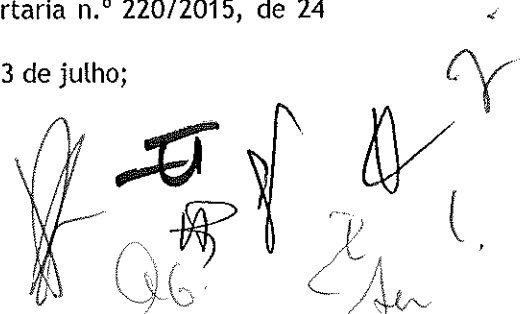
- 1.1- Designação: Fórum Para a Competitividade- Associação para o Desenvolvimento Empresarial
- 1.2- Sede: praça das Industrias, Edifício Rosa – 1º 1300-307 Lisboa
- 1.3- Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos, para o desenvolvimento empresarial.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho), em particular com os modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas aplicáveis a Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Para as ESNL, o Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e



- Normas Interpretativas (NI).

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados

Ativos fixos tangíveis

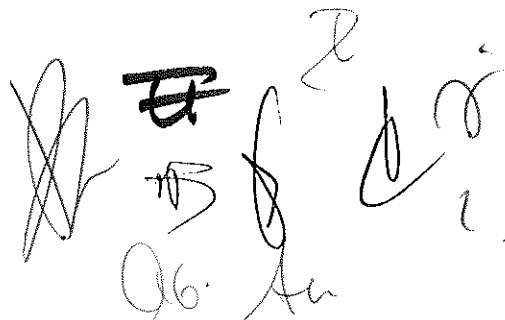
Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Associação avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'Jb' and 'Au'.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

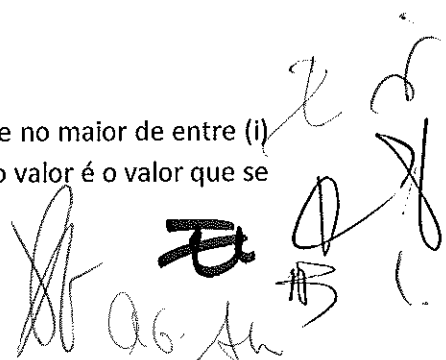
Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com o registo da marca com vida útil indefinida, pelo que não são objeto de amortização.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Associação efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Associação procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left, a stylized 'E' in the center, and several other initials on the right.

obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

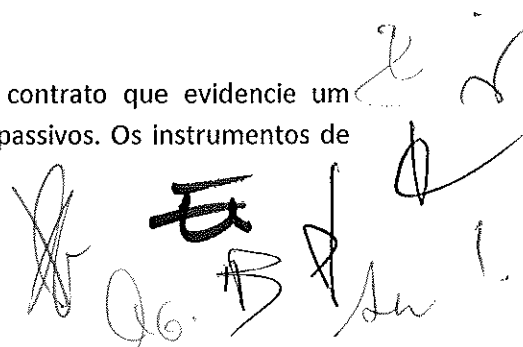
Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Associação são basicamente os Associados e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, the letters 'E', 'B', and 'A', and other illegible marks.

capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Associados e outras contas a receber

Os saldos de associados constituem as contas a receber pelas respetivas quotizações. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

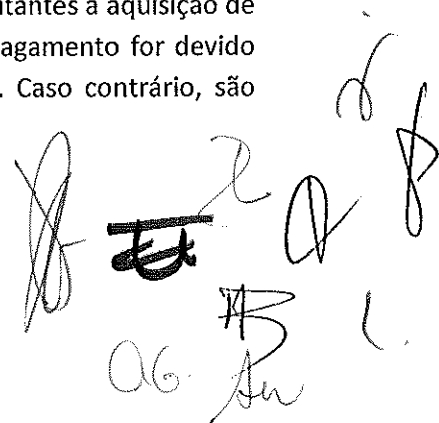
O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços pela Associação no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including a large signature, the initials 'E', 'A', 'L', and '06. Au'.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia registada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

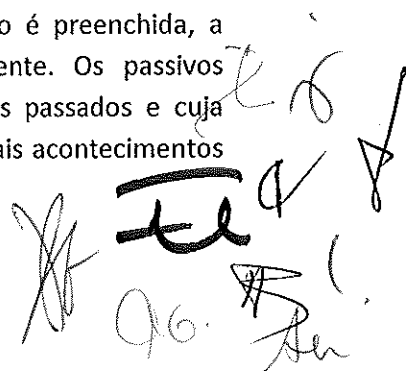
Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de "Juros e gastos similares suportados"

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Associação procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left, a signature with a horizontal line above it in the center, and several initials on the right.

futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Rédito

O rédito relativo a quotizações, vendas e prestações de serviços, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Associação, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

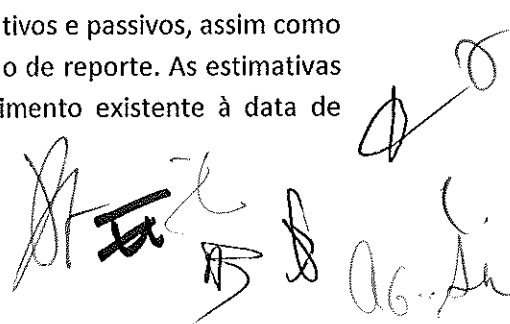
Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registadas por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF- ESNL foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a date '06.12' on the right.

preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

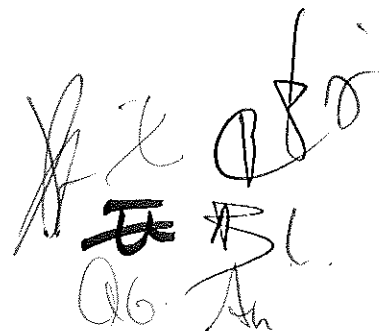
Imparidade de Associados e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Associação faz da probabilidade de recuperação dos saldos de associados ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do associado e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais associados e outros devedores. Caso as condições financeiras dos associados se deteriorem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Provisões

A Associação exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Associação espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

Acontecimentos subsequentes



Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da associação e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4-Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	2016			2015		
	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais
Caixa	16,73		16,73	21,48		21,48
Depósitos bancários	3.024,59		3.024,59	7.887,83		7.887,83
Outros equivalentes de caixa	0,00		0,00	11.501,54		11.501,54
Totais	3.041,32	0,00	3.041,32	19.410,85	0,00	19.410,85

5-Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subseqüentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a signature in the middle, and initials 'A6' and 'An' on the right.

6-Ativos fixos tangíveis

Vidas úteis e métodos de depreciação



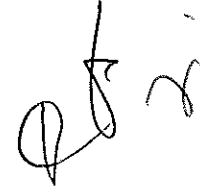
Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Vidas úteis		4	
Taxas de depreciação		25,00%	
Métodos de depreciação		Linha reta	

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e 2015

<i>Activos fixos tangíveis</i>	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2015					
Custo de aquisição	1.649,55	8.000,00	29.156,93	148,76	38.956,00
Imparidade acumulada					0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	-1.633,33	-29.156,93	-148,76	-32.589,33
Valor líquido	0,00	6.366,67	0,00	0,00	6.366,67
31 de Dezembro de 2015					
Adições					0,00
Alienações					0,00
Transferências e abates					0,00
....					0,00
Depreciações		-1.400,00			-1.400,00
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	-1.400,00	0,00	0,00	-1.400,00
31 de Dezembro de 2016					
Custo de aquisição	1.649,55	8.000,00	29.156,93	148,76	38.956,00
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	-3.033,33	-29.156,93	-148,76	-33.989,33
Valor líquido	0,00	4.966,67	0,00	0,00	4.966,67

Ab.

<i>Activos fixos tangíveis</i>	Equipament o básico	Equipament o transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2016					
Custo de aquisição	1.649,55	8.000,00	29.156,93	148,76	38.956,00
Imparidade acumulada					
Depreciações acumuladas	-1.649,55	-3.033,33	-29.156,93	-148,76	-33.989,33
Valor líquido	0,00	4.966,67	0,00	0,00	4.966,67
31 de Dezembro de 2016					
Adições			8.263,01		8.263,01
Alienações					
Transferências e abates					
...					
Depreciações		-1.400,00	-1.239,45		-2.639,45
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	-1.400,00	7.023,56	0,00	5.623,56
31 de Dezembro de 2016					
Custo de aquisição	1.649,55	8.000,00	37.419,94	148,76	47.219,01
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	-4.433,33	-30.396,38	-148,76	-36.628,78
Valor líquido	0,00	3.566,67	7.023,56	0,00	10.590,23




 B Z C
 06. An

7-Ativos Intangíveis

Movimentos ocorridos nos exercício 2016 e 2015

Ativos Intangíveis	Outros activos Intangíveis	Total
A 1 de Janeiro de 2016		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		0,00
Valor líquido	330,57	330,57
Adições		
Alienações		
Transferências e abates		
Depreciação - exercício		
Perdas Imparidade		0,00
Valor líquido	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2016		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada	0,00	
Amortizações acumuladas	0,00	0,00
Valor líquido	330,57	330,57

8-Inventários

Inventários	2016	2015
Mercadorias	2.450,99	2.450,99
Perdas por imparidade acumuladas	2.450,99	2.450,99
Subtotal	-	-

[Handwritten signatures and initials]

9-Rédito

Quantias dos rendimentos reconhecidos no período

Quantias dos rendimentos reconhecidas no período	2016			2015	
	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período	Variação percentual face aos rendimentos reconhecidos no período anterior	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período
Quotas e joias	95.550,00	61,09%	(8,97%)	104.966,02	71,92%
Patrocínios	38.658,54	24,72%	16,05%	33.313,01	22,82%
Outros (inscrições e nota conjuntura)	13.232,94	8,46%	6410,67%	203,25	0,14%
Outros rendimentos e ganhos	8.964,65	5,73%	19,94%	7.474,19	5,12%
Totais	156.406,13	100,00%	7,16%	145.956,47	100,00%

10-Ativos e passivos financeiros

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

		2016			2015		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros ao custo menos imparidade	Associados	81.683,61	59.088,68	22.594,93	76.088,60	52.798,68	23.289,92
	Creditos a receber	1.658,95		1.658,95			0,00
	Outros ativos correntes	1.905,33		1.905,33	5.389,97		5.389,97
	Totais	85.247,89	59.088,68	26.159,21	81.478,57	52.798,68	28.679,89
	Fornecedores	84.859,75		84.859,75	88.965,77		88.965,77
	Subtotais	84.859,75		84.859,75	88.965,77		88.965,77
Passivos financeiros ao custo mensurados	Pessoal - Penhoras	4.740,76		4.740,76	1.913,43		1.913,43
	Acrescimo de gastos	7.075,00		7.075,00	3.163,29		3.163,29
	Previsão férias e Sub. Férias	16.397,89		16.397,89	11.505,88		11.505,88
	Outros	1.370,16		1.370,16	608,48		608,48
	Subtotais	29.583,81		29.583,81	17.191,08		17.191,08
Totais	114.443,56	0,00	114.443,56	106.156,85	0,00	106.156,85	

É de referir que se registou-se a evolução positiva da dívida a fornecedores de €88.965,77 para €84.859,75. Neste valor inclui-se a dívida à AIP – Associação Industrial Portuguesa no valor de €65.093,85 (76% da dívida a fornecedores) que o Forum tem procurado amortizar na medida das suas possibilidades. A evolução da dívida à AIP nos três últimos anos foi a seguinte:

- 2012: €90.094

- 2013: €80.094

- 2014: €75.094

-2015: €75.094

- 2016 €65.094

11 -Decomposição dos principais gastos registados no exercício

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		2016	2015
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	9.798,47	8.985,02
	Publicidade e propaganda	1.751,24	825,05
	Honorários	4.963,80	2.725,00
	Conservação e reparação	2.171,43	684,93
	Outros- Seminários, Conferências, Almoços	8.601,38	7.109,26
	Sub-total	27.286,32	20.329,26
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	553,66	0,00
	Livros documentação técnica	16,00	0,00
	Material de escritório	2.257,80	2.325,28
	Sub-total	2.827,46	2.325,28
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	2.629,04	3.756,69
	Sub-total	2.629,04	3.756,69
Serviços diversos	Rendas e alugueres	19.375,19	19.356,12
	Comunicação	3.502,76	3.910,94
	Seguros	833,48	447,06
	Despesas de representação	823,87	906,75
	Limpeza, higiene e conforto	9,99	0,00
	Outros serviços	1.299,82	1.425,14
	Sub-Total	25.845,11	26.046,01
Totais		58.587,93	52.457,24

11.2- Gastos com pessoal

Gastos com pessoal	2016	2015
	Gastos	Gastos
Remunerações Pessoal	92.849,48	67.571,64
Encargos sobre remunerações	17.476,55	12.448,06
Seguros de acidentes trabalho	1.470,36	1.787,34
Totais	111.796,39	81.807,04

Em 2015 o numero de colaboradores foi de 3. Em 2016 o numero de colaboradores mantêm-se

12-Divulgações exigidas por diplomas legais

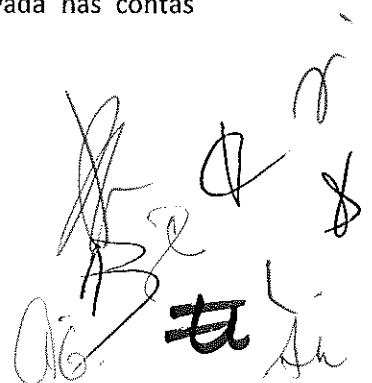
A Direção informa que em 31 de Dezembro a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do DL 534/80, de 7/11.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto 411/91 de 17/10, a Direção informa que em 31 de Dezembro a situação da empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados.

13-Eventos subsequentes

Não são conhecidos a data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro 2016

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas comerciais.



14-Outras informações

14.1 - O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Estado e outros entes públicos		2016	2015
Passivo	Imposto sobre rendimento pessoas singulares	2.094,00	2.020,00
	Imposto sobre valor acrescentado	5.745,72	1.858,63
	Contribuições para Segurança Social	2.961,35	2.215,33
	Total	10.801,07	6.093,96

14.2- Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os Fundos Patrimoniais encontram-se negativos. A situação encontra a ser objeto de análise por parte dos órgãos de gestão.

A Direção

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos a atividade do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. Para a análise das contas de 2016 do FORUM, o Conselho Fiscal foi assessorado pelos auditores independentes BDO & Associados, SROC, cujo relatório de exame simplificado mereceu a nossa concordância.

Não obstante continuar a ser necessária a completa recomposição do Fundo de Capital da Associação, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Atividades apresentado pelo Conselho Diretivo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:


1º Que sejam aprovados o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho Diretivo, relativos ao exercício de 2016.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo.

Lisboa, 12 de julho de 2017

O CONSELHO FISCAL


Luís Palha da Silva - Presidente


Isabel Saraiva - Vogal

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial (adiante também designado por FORUM ou Associação), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 42 349 euros e um total de fundos patrimoniais negativo de 115 686 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 43 389 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Ênfase

Sem afetar a nossa conclusão, salientamos que os fundos patrimoniais do FORUM são negativos em 115 686 euros, tal como apresentado e divulgado nas demonstrações financeiras, situação que carece de ser regularizada.

Lisboa, 12 de julho de 2017



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC